

Apontamentos sobre a pesquisa no Brasil e no NUPEM: entre o paradigma e o *paradogma**

Frank Antonio Mezzomo¹

Resumo: O presente artigo, sob o enfoque da trajetória biográfica e suas implicações teóricas, apresenta aspectos do crescimento da ciência e da tecnologia no Brasil e discorre sobre a pesquisa desenvolvida no âmbito do Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar (NUPEM), organismo gestor dos Programas de Iniciação Científica da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM).

Palavras-chave: Pesquisa no Brasil, Pesquisa no NUPEM, Coordenação.

I

No momento em que escrevo este artigo para a revista do Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar (NUPEM), um turbilhão de *flashes* emerge da memória mesclando, às racionalidades esquadrihadas argumentativamente, sentimentos e sensações passionais, diga-se, paradoxais, de realização e satisfação junto àquelas desafiadoras e ainda pouco discerníveis. Todas, as que me refiro, vivenciadas no âmbito do NUPEM. A essa constatação, somam-se duas outras variantes que fundem a pretensa objetividade na subjetividade desse escrito: enquanto autor do texto sou tangido, no tempo imediato, pela função de coordenador do Núcleo de Pesquisa e pelo ofício de historiador, lugar de profissão reconhecido pela academia. Em outras palavras, o processo de análise não se dá sobre o outro, atividade freqüente dos pesquisadores, sobretudo nas ciências humanas, senão sobre a própria práxis.

De quais papéis sociais ou acadêmicos devo tecer minha argüição? Se for possível distinguir papéis/funções de onde escrevo, então deixo para os memorialistas e/ou historiadores fazerem suas especulações, se é que no futuro se escreva história dessas experiências construídas e dadas a ler. O fato existente é: sujeito histórico, participante na dialética daquilo que é estruturante e contingencial, que escreve no tempo presente na função

exercida e no ofício de historiador, variantes, no mínimo, intrigantes.

O fato é que a história do tempo presente ganhou legitimidade no campo da História e, ao lado das discussões provenientes da Sociologia e da Antropologia, debruça sobre o real a fim de apreender, além da fugacidade do evento, ou do engodo da crista da onda como prefere Fernand Braudel (1994), as representações e as práticas discursivas dos sujeitos históricos. Nas considerações de Roger Chartier, a história do tempo presente desperta incômodo em determinados pesquisadores: a da inveja. Este sentimento, continua o pensador francês, é resultado de três vantagens da história biográfica. Vamos a elas rapidamente.

A primeira vantagem é que esta concepção não exige a busca desesperada de almas mortas e exumações pouco plausíveis, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos, daquele que lhes narra as vidas, logo, está inserido na dimensão significativa do sujeito a ser apreendido discursivamente. Esta possibilidade faculta ao pesquisador inquirir, questionar e dialogar com os sujeitos de seu estudo, entenda-se, objetos de sua análise.

A segunda vantagem consiste na variedade e quantidade de recursos documentais. Apesar dos obstáculos inerentes à preservação, o conhecimento e o acesso à multiplicidade de fontes, a abundância da produção escrita, sonora, visual e informática acumulada pelas sociedades, além, é claro, da possibilidade de produzir, ele mesmo, arquivos documentais, cita-se, como exemplo, as fontes orais, parecem prometer um maná sempre renovado. Essa constatação acerca da multiplicidade de fontes não é nada desprezível.

Finalmente, a terceira razão é resultado da possibilidade dessa abordagem superar a descontinuidade temporal que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do pesquisador e dos homens e mulheres, cuja história ele analisa, isto é, *“partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”* (CHARTIER, 2006, p. 216). De alguma forma, pensar sobre a história dos dez anos de criação do NUPEM, a partir da visão de seus sujeitos – diretores da FECILCAM, coordenadores do núcleo, egressos e alunos do Programa de Iniciação Científica (PIC) – desperta para estas vantagens e

implicações, próprias do universo da teoria do conhecimento.

Há, contudo, uma nota fundamental a ser considerada: a evocação imprescindível e inevitável da memória. Ela, assim, é trazida à baila e requer uma atenção especial. Sendo toda memória coletiva por definição (HALBWACHS, 1990), seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir a resistência à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana. Em suma, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros, mesclando motivações afetivas, racionais e, portanto axiológicas e cognitivas. Essa composição da memória, dimensão constante no diálogo do pesquisador, requer algumas exigências teórico-metodológicas como a necessidade de estabelecer verdades históricas com base em fontes de informação tão diversas quanto possível, a fim de descrever a configuração de um fato ou a estrutura perene de uma prática social, de um partido político, de uma nação, assim como, munir-se de métodos e questionamentos diferentes para expor e explicar a transformação das representações do passado. Enfim, é tarefa do pesquisador *“cruzar várias fontes da época que permitam confirmar, invalidar ou substituir a versão de um testemunho ocular da história”* (ROUSSO, 2006, p. 99). Esta exigência epistemológica é compartilhada por Chartier, quando defende que a história do tempo presente manifesta com peculiar pertinência a aspiração à verdade que é inerente a todo trabalho histórico, inclusive o desafio de reconhecer a historicidade fundamental das condições de produção e de validação do saber histórico, atrelando o ofício à exigência de conhecimento verdadeiro que o fundamente (CHARTIER, 2006, p. 217 – 218).

Essas questões apresentadas estão, de alguma forma, presentes na escrituração desse texto.

II

Entendo que a compreensão da criação e da trajetória do NUPEM, ao longo desses dez anos, está condicionada a uma ampliação de escala e de tempo, isto é, do mundo da FECILCAM e da mesorregião Centro-

ocidental – ascender do local – e, do tempo imediato – descolar do aqui e agora –, são requisitos necessários para evitar uma interpretação anacrônica, unilateral ou simplesmente laudatória. Embora seja objetivo principal deste texto tecer uma análise sobre o período em que exerço a função de coordenador, desde março de 2007, e, portanto, é desse local e tempo que estou partindo, há questões que extrapolam a delimitação desse tempo e, sobretudo, condicionantes estruturais que excedem e engolfam, por vezes, as trajetórias biográficas.

Essa compreensão merece um esclarecimento, uma vez que traz em pauta a avaliação de um tempo/espço a partir do ângulo do sujeito, isto é, da biografia. O gênero biográfico, aqui compreendido, não busca fazer eco ao ideário burguês, próprio da modernidade, que faz com que a ênfase recaia sobre o protagonismo/heroísmo do indivíduo, ou mesmo fazer coro àqueles que defendem o enterro das lutas coletivas em nome da causa: ‘cada cabeça uma sentença, logo, a cada qual a sua bandeira de luta’. Entende-se que nessa abordagem é possível explorar a trajetória de um sujeito na medida em que este, na expressão de Michel Letté, *“concentra as características e as interrogações de uma comunidade, (e) se inscreve numa rede de relações e enfrenta os problemas de uma época. É aí que reside o interesse do gênero biográfico”* (apud. FIGUEIRÔA, 2007, p. 9).

Não é o espírito de época da leitura hegeliana, nem mesmo o homem da providência dos filósofos ou a impostura romântica do herói que interessa, mas antes o indivíduo independente, livre em seu ser limitado, que conhece e admite sua dependência em relação aos acontecimentos do mundo (LORIGA, 1998, p. 239). Noutras palavras, e aqui são oportunas as considerações de Benito Schmidt (1997, p. 11), o que está em pauta não é mais a relação entre o homem ou o contexto, o sujeito ou a estrutura, o voluntarismo ou o determinismo, a liberdade ou a necessidade. Ao contrário, procura-se pensar a articulação entre as trajetórias individuais examinadas e os contextos nos quais estas se realizam como uma via de mão dupla, sem cair nem no individualismo exacerbado como nas biografias tradicionais, do tipo ‘a vida dos grandes vultos’, nem na determinação estrutural estrita, como nas análises marxistas ortodoxas.

III

A produção de ciência e tecnologia no Brasil é de um período recente. A ênfase das Universidades, sobretudo dos Centros Universitários, Fundações de Ensino e Faculdades, até pouco tempo, era fundamentalmente voltada para o ensino de modo a reservar, para seu funcionamento, grande parte do orçamento e recursos humanos da instituição. Parece correto afirmar que a proeminência neste foco contribuiu para criar mais uma cultura do consumo e transmissão do saber do que na sua produção de modo a soar como novidade ou incerteza do lugar que a pesquisa deve ocupar no processo de formação acadêmica. Talvez esta realidade seja, em parte, conseqüência da recente criação de universidades no Brasil que, diferentemente dos países latinos colonizados pela Espanha, remonta apenas ao século XX. Como resultado de políticas tímidas no campo da pesquisa, o Brasil ainda não logrou papel de destaque internacional concernente à produção de conhecimentos.

Em escala nacional e desenvolvido com recursos parciais ou totais do Estado, organismos como: a) a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 1948; b) a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de julho de 1951 e; c) o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), criado em 15 de janeiro de 1951 que, na avaliação de Álvaro Alberto, primeiro presidente desta entidade, representou a "*Lei Áurea da pesquisa no Brasil*" (**História do CNPq: A criação**, 2009) foram pioneiros nas iniciativas voltadas para o fomento da pesquisa, para a formação de recursos humanos e na criação de fóruns de debates. Junto com os incentivos das fundações de amparo à pesquisa nos estados, o CNPq e a CAPES, hoje incorporados ao Ministério da Ciência e Tecnologia e mantidos com recursos da União, representam, certamente, o maior impulso no campo da ciência, inovação tecnológica e formação de recursos humanos.

A cultura da pesquisa no Brasil ainda representa um bonito, porém pobre filho quando se trata de destinar espaço e investimento para sua realização. Por um lado, *bonito* porque alardeado e reconhecido pela maioria, senão todos, de sua importância para autonomia político-

econômica do país. Deste modo é plausível comentar, digo, é politicamente correto falar e escrever sobre inovação tecnológica, descoberta científica, otimização dos custos na produção graças a técnicas inovadoras, investimento para geração de energia limpa etc. Por outro lado, *pobre* porque, geralmente, representa o lugar apropriado para ajustes orçamentários. A título de exemplo, enquanto os Estados Unidos, envolvidos na pior crise econômica desde a década de 1930, garante o investimento na ordem de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) à pesquisa, 0,4% superior ao que estava sendo destinado e representando aproximadamente 414 bilhões de dólares, em valores de 2007, o Brasil teve a proposta orçamentária revista pelo Congresso Nacional e aprovado 3.875 bilhões, o que representa em torno de 1% do PIB brasileiro (JC, n. 3750, 28 de abril 2009).

Este valor, reduzido em 18% na proposta original enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, pode, na avaliação do ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, de Jacob Palis Jr, da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e de Marco Antonio Raupp, presidente da SBPC, afetar a expansão de programas como o dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, induzir um corte na concessão de bolsas produtividade dos pesquisadores, além de se apresentarem na contramão da história quando países inovadores investem quantias que vão de 2% a 3,5% do seu PIB. No entendimento de Raupp, esse abismo em inovação é uma das causas da pouca competitividade das empresas brasileiras no mercado globalizado enquanto que, em países como os EUA, *“diante da atual crise econômica decidiu-se aumentar os dispêndios em ciência, tecnologia e inovação (...) nossos congressistas julgaram por bem cortar fundo nesse item”* (JC, n. 3686, 22 de janeiro 2009). Este corte, a que se refere Raupp, é sintomático e representa mais um capítulo na longa história da ciência no Brasil subordinada, constantemente, as vicissitudes políticas e econômicas dos governos militares ou daqueles autodenominados democráticos (FERREIRA, 1998, p. X – XIX). Para Ennio Candotti, as dificuldades enfrentadas no campo da ciência são reflexos, em grande medida, do cenário cultural brasileiro. Temos democracia, mas não ocorreu uma revolução democrática. A sociedade dos anos 50 mudou, mas continua profundamente desigual

nas oportunidades e injusta nos direitos humanos. É possível fazer ciência, mas, em poucos centros e algumas universidades. A resistência de governos, democraticamente eleitos, em integrar as atividades de ciência e a cultura à vida econômica do Estado, revela que essa página não está concluída (CANDOTTI, 1998, p.VI – VII).

Percalços à parte, é correto afirmar que há avanços. Tanto a descentralização do sistema de apoio à ciência através das Fundações de Apoio à Ciência, medida prevista pela Constituição brasileira de 1988 (Artigo 218, parágrafos 1 a 5), quanto o amadurecimento da comunidade universitária, têm promovido significativas mudanças no âmbito da produção da ciência e paulatina inserção do Brasil no cenário mundial de produção de conhecimentos.² Alguns indicadores tornam esta conclusão plausível.

Um dos elementos utilizados para mensurar a inserção de um país na produção de conhecimentos é a quantidade de artigos publicados em revistas indexadas que, além de circulação internacional, são de relevante impacto científico. Na avaliação de Hertton Escobar, por meio de incentivos, instituições aumentaram significativamente o número de trabalhos publicados. No Brasil, este número, em 30 anos, aumentou exponencialmente de 0,3% para quase 2% de todo o conhecimento científico mundial (JC, n. 3318, 1 de agosto 2007). Noutra escala comparativa, Jorge Guimarães, presidente da CAPES, comenta que, enquanto o mundo dobrou a produção científica de 1981 a 2006, o Brasil aumentou em nove vezes chegando, em 2007, a ocupar o 15º lugar no ranking mundial de produção científica (JC, n. 3550, 9 de julho 2008).

No início do mês de maio do corrente ano, o ministro da Educação, Fernando Haddad, divulgou, durante sessão conjunta da ABC e da SBPC, os números da base de dados *National Science Indicators* (NSI), que registram o bom desempenho do Brasil no ranking mundial da produção de conhecimento. O país apresentou, entre 2007 e 2008, o maior crescimento entre as demais nações e passou de pouco mais de 19 mil para cerca de 30 mil artigos publicados em periódicos científicos indexados. Ultrapassou a Rússia e a Holanda e chegou ao 13º lugar como produtor de conhecimento do mundo, contribuindo com 2,12% dos artigos de 183 países. Na avaliação

do ministro da Educação, “É o maior crescimento da história do país, um feito notável da academia brasileira, que abre um novo horizonte” (JC, n. 3755, 6 de maio 2009).

GRÁFICO 1: Ranking da Produção Científica Mundial (2008)

PAÍS	ARTIGOS	PAÍS	ARTIGOS
1) EUA	340 mil	8) Itália	50 mil
2) China	112,8 mil	9) Espanha	41,9 mil
3) Alemanha	87 mil	10) Índia	38,7 mil
4) Japão	79 mil	11) Austrália	36,7 mil
5) Inglaterra	78 mil	12) C. do Sul	35 mil
6) França	64 mil	13) Brasil	30 mil
7) Canadá	53 mil		

FONTE: JORNAL DA CIÊNCIA, n. 3755, 6 de maio 2009.

O aumento de 56% – 19 mil para mais de 30 mil artigos publicados – na produção científica em relação ao ano de 2007 é significativo e, por isso coloca o Brasil ao lado de outros países cujos indicadores populacionais, renda per capita, PIB, entre outros, são semelhantes. Embora haja uma distância abismal em relação ao primeiro e segundo colocados, 340 mil e 112,8 mil artigos para os EUA e China respectivamente, conforme apresenta o gráfico 1, há que se considerar a ascendente do crescimento brasileiro. Mesmo que estes números devam ser relativizados – em 2006 eram apenas 26 e em 2008 103 revistas brasileiras indexadas na base de cálculo do ISI (MENEGUINI, 12 de maio 2009) –, outros indicadores, na avaliação de especialistas, apontam para esta curva de crescimento como o fortalecimento dos Programas de Iniciação Científica e Programas de Pós-Graduação, a formação e consolidação dos Grupos de Pesquisa, as cooperações internacionais e, mais recentemente, o portal de Periódicos da CAPES (JC, n. 3550, 9 de julho 2008).

Desses itens veiculados acima pelo Jornal da Ciência, é relevante destacar o papel desempenhado pelas Fundações de Amparo à Pesquisa, como a Fundação Araucária no Paraná que, junto com o CNPq tem incentivado, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação

Científica (PIBIC), a concessão de bolsas de estudos para os alunos se dedicarem à pesquisa durante a graduação ou mesmo no período que frequentam o Ensino Médio. Como resultado desta ação, o CNPq forneceu para o ano de 2008/2009, conforme informações enviadas via correio eletrônico, dezenove mil e seiscentas e oitenta e quatro bolsas de estudos para um total de duzentas e trinta Instituições no Brasil (CAMPOS, 24 de abril 2009). Ainda que o número seja limitado, haja vista a demanda por bolsas de Iniciação Científica, há que se considerar a importância das fundações estaduais, como a Fundação Araucária acima citada e, sobretudo, das universidades estabelecerem políticas próprias de apoio e incentivo à pesquisa. Como demonstraremos na última parte deste artigo, a FECILCAM vem desenvolvendo ações nessa direção.

TABELA 1: Formação de Grupos de Pesquisa: Região Geográfica (1993/2006)

Região	1993		1995		1997		2000		2002		2004		2006	
	G. P.	%	G. P.	%	G. P.	%	G. P.	%	G. P.	%	G. P.	%	G. P.	%
Sudeste	3.015	68,5	5.031	69,2	5.661	65,6	6.733	57,3	7.855	51,8	10.221	52,5	10.592	50,4
Sul	693	15,7	1.080	14,9	1.482	17,2	2.317	19,7	3.630	23,9	4.580	23,5	4.955	23,6
Nordeste	434	9,9	714	9,8	987	11,4	1.720	14,6	2.274	15,0	2.760	14,2	3.269	15,5
C. Oeste	183	4,2	304	4,2	349	4,0	636	5,4	809	5,3	1.139	5,9	1.275	6,1
Norte	77	1,7	142	2,0	153	1,8	354	3,0	590	3,9	770	4,0	933	4,4
Brasil	4.402	100	7.271	100	8.632	100	11.760	100	15.158	100	19.470	100	21.024	100

Fonte: Séries históricas: Diretório dos Grupos de Pesquisa. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/censos/series_historicas/index_grupos.htm. Acesso em: 23 de maio 2009.

A ampliação da pesquisa igualmente é sentida na formação de grupos de pesquisa. Se em 1993 havia no Brasil 4.402 grupos de pesquisa, dos quais 68,5% estavam concentrados na região Sudeste e o Sul participava com apenas 15,7%, em 2006, este número ampliou-se para 21.024 grupos de pesquisa, contando com 50,4% do Sudeste e a região Sul participando com 23,6%. Enquanto a tabela 1 evidencia o crescimento vertiginoso dos grupos de pesquisa no Brasil, na tabela 2 percebe-se que o estado do Paraná ascendeu de 2,3%, com 102 grupos em 1993, para 1.697 grupos o que representa 8,1% do quantitativo nacional de grupos de pesquisa. É possível levantar a hipótese de que o Paraná atinja, em 2010, aproximadamente dois mil grupos de pesquisa. A formação de grupos de

pesquisa representa a real possibilidade de verticalizar as investigações, otimizar recursos e infra-estrutura e, sobretudo, vincular em temáticas afins professores, técnicos e alunos tanto do Ensino Básico (por meio de Programas de Iniciação Científica Júnior), do Ensino Superior (Programas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) como em Programas Lato e Strico Sensu.

TABELA 2: Distribuição de Grupos de Pesquisa: Unidade da Federação (1993/2006).

Estado	1995		1997		2000		2002		2004		2006	
	G.P.	%	G.P.	%	G.P.	%	G.P.	%	G.P.	%	G.P.	%
SP	2.957	40,7	3.323	38,5	3.645	31,0	4.338	28,6	5.541	28,5	5.678	27,0
RJ	1.386	19,1	1.506	17,4	1.922	16,3	2.111	13,9	2.786	14,3	2.772	13,2
RS	626	8,6	881	10,2	1.199	10,2	1.769	11,7	2.072	10,6	2.180	10,4
MG	649	8,9	734	8,5	1.026	8,7	1.257	8,3	1.694	8,7	1.919	9,1
PR	296	4,1	360	4,2	701	6,0	1.070	7,1	1.512	7,8	1.697	8,1
SC	158	2,2	241	2,8	417	3,5	791	5,2	996	5,1	1.078	5,1
BA	94	1,3	163	1,9	330	2,8	473	3,1	728	3,7	972	4,6
PE	238	3,3	263	3,0	509	4,3	579	3,8	602	3,1	674	3,2
Brasil	7.271	100	8.632	100	11.760	100	15.158	100	19.470	100	21.024	100

Fonte: **Séries históricas: Diretório dos Grupos de Pesquisa**. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/censos/series_historicas/index_grupos.htm. Acesso em: 23 de maio 2009.

A propósito, os Programas *Stricto Sensu* recomendados e reconhecidos têm crescido e se expandido por todo o território nacional. Em maio de 2009, em seu site, a CAPES tornou público que existe no Brasil mais de quatro mil cursos de Pós-Graduação, entre mestrado e doutorado, dos quais mais de oitocentos são ofertados nos três estados do Sul (CAPES, 2009a). Desenvolvida a partir de políticas de governo, esta agência em conjunto com o CNPq atingiu a meta de formar em 2007 aproximadamente dez mil doutores e mais de trinta e dois mil mestres neste mesmo ano. Para o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis Jr, ao manter os investimentos em bolsas de estudos e apoio aos Programas de Pós-Graduação, é provável que para o ano de 2009 este número atinja a 11,5 mil doutores (JC, n. 3686, 22 de janeiro 2009). Este indicador, como pode ser conferido, visualizando a tabela abaixo, é significativo haja vista que estes números eram, em 1996, menos de três mil doutores e pouco mais de dez

mil mestres formados (CAPES, 2009b). Já não se repete a história, certamente vivida por nossos professores de meia idade, de que a possibilidade de fazer mestrado ou doutorado encontrava-se na capital ou no eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Hoje, as universidades no estado do Paraná, sobretudo as públicas, compõem uma variada e qualificada gama de Programas *Stricto Senso*.³

TABELA 3: Crescimento do número de alunos titulados em Programas de Pós-Graduação (1996/2007).

Ano Base	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissionalizante	Total
1996	10.499	2.985	0	13.484
1997	11.922	3.620	0	15.542
1998	12.681	3.949	0	16.630
1999	15.324	4.853	56	20.233
2000	18.132	5.335	241	23.708
2001	19.670	6.040	362	26.072
2002	23.445	6.894	987	31.326
2003	25.996	8.094	1.652	35.742
2004	24.902	8.112	1.931	34.945
2005	28.646	8.989	2.056	39.691
2006	29.763	9.365	2.517	41.645
2007	30.568	9.919	2.331	42.818

Fonte: **CAPES: Estatísticas da Pós-Graduação**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/sobre/tab4-alunos_titulados.pdf. Acesso em: 20 de maio 2009.

Enfim, todas essas iniciativas – Iniciação Científica, formação de grupos de pesquisa, ampliação dos Programas de Pós-Graduação etc. – formam um círculo virtuoso na estrutura do ensino, da pesquisa e da extensão e desencadeiam, além da mudança na mentalidade, um rol de iniciativas que se espriam para as atividades mais prosaicas do cotidiano acadêmico.

IV

As implicações teóricas e compreensão racionalizada acerca do enfoque da abordagem (tópicos I e II), e o cenário brasileiro da pesquisa (tópico III), genericamente desenhado, além de responder aquilo que pode ser entendido como as condições estruturais determinantes, buscam inserir o fazer na FECILCAM/NUPEM dentro do ritmo e dinâmica pela qual passa outros centros e agências de produção de conhecimento Assim, é

minimamente razoável analisar os dez anos, ou precisamente o período em que participo da história do NUPEM, inserido numa dimensão mais ampla e, sobretudo, numa implicação dialética em que as situações são tratadas, geradas e possíveis de ser entendidas nas suas contradições. A pesquisa no Brasil, embora tenha andado a passadas largas nos últimos anos, ainda está sedimentando a sua prática, por esta razão, não é de estranhar que no ambiente onde trabalhamos temos que tatear pacientemente nossa edificação, nossa pesquisa.

Porém, me parece que o movimento da contradição não traz, pela sua própria constituição, nenhuma condição necessária para seu progresso ou regresso, crescimento ou arrefecimento, alternância qualitativa ou regressiva. O movimento da história, ou se quiser, a direção/rumo do percurso, se fará a partir das inserções definidas na práxis dos seus sujeitos. Por isso, a responsabilidade e discernimento com que a comunidade universitária, no caso específico, diretores da Instituição, coordenadores e membros do Comitê Assessor Local, orientadores/orientandos, devem pautar suas ações voltadas para hastear bandeiras políticas acima de particularismos e gostos pessoais. Experiências, persistências, titulações, repetições do mesmo, lembranças do passado, inovações aligeiradas e voluntarismos não podem ser invocados como princípio de sabedoria e nem de maestria na condução do leme de um projeto institucional.

Na construção das condições para promover a pesquisa na FECILCAM ou pontualmente na Iniciação Científica, e essa é minha convicção, todos somos co-participantes e co-responsáveis, estando ou não nomeados para funções específicas. Para tanto, obviamente há espaços e esferas adequadas para exercer o papel de co-construtores junto com aqueles que, pela contingência temporal, hoje constituem a equipe NUPEM, isto é, estagiárias, orientandos/orientadores, Comitê Assessor Local, coordenador, entre outros. Utilizando uma metáfora simples, contudo apropriada, diria: o sucesso na apresentação de uma peça teatral é resultado da sintonia e desenvoltura de todos os seus atores: personagens, maquiador, sonoplasta, assistente de palco etc. O trabalho de bastidor a ser desempenhado por todos os envolvidos na pesquisa, ou na peça a ser apresentada, não deve ser confundido com a posição ocupada na

arquibancada, ou seja, vendo passivamente a partida ser jogada arrancando, no máximo, urros de êxtase ou xingamentos de desaprovação.

Os trabalhos junto com o Comitê Assessor Local, este nomeado em fevereiro de 2008 após a reformulação do Regimento do NUPEM que era de 1999, tem se pautado pelo grande desafio de implementar novas práticas na formatação dos Programas de Iniciação Científica e na organização das atividades circunscritas ao NUPEM como aquelas relativas aos Ciclos de Debates e aos Encontros de Produção Científica e Tecnológica (EPCT). Há a compreensão e o discernimento, que, porém, não deixa de titubear diante da controvérsia, Ruben Alves descortina os impasses *paradigmáticos* da própria academia,⁴ dos encaminhamentos a serem adotados para afinar o funcionamento do NUPEM em consonância às exigências estabelecidas pelas agências externas de fomento à pesquisa e por aquilo que a Instituição espera de um trabalho produtivo e qualificado. Os desafios vão desde as condições infra-estruturais até a consolidação de nova mentalidade científica no que se refere à racionalização no processo de ingresso e permanência dos envolvidos na execução dos projetos de pesquisa no Programa de Iniciação Científica (PIC). Gaston Bachelard, filósofo francês que viveu boa parte do século XX e dedicou-se fundamentalmente a discutir questões pertinentes à filosofia da ciência, ajuda a compreender o processo da formação de uma cultura científica quando afirma que esta cultura deve começar por uma catarse intelectual e afetiva. Resta, então, a tarefa difícil: colocar a cultura científica em estado de mobilização permanente, substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer à razão, razões para evoluir (BACHELARD, 1996, p. 24).

As considerações feitas por Bachelard no capítulo I, sobre a noção de obstáculos epistemológicos contido no livro *"A formação do espírito científico"*, são próximas ao pensamento de Thomas Kuhn (1978). Ao tratar da ciência normal e das revoluções científicas, ele sustenta que todo conhecimento é polêmico e, antes de constituir-se, deve destruir as edificações passadas e abrir lugar à novas construções. Na produção da ciência, incluindo a formação de novas práticas, há necessidade de superar

os 'obstáculos epistemológicos' que, para Bachelard, são responsáveis pela estagnação e até regressão do crescimento da ciência. É na superação desses obstáculos que reside o sucesso de uma pesquisa científica (BACHELARD, 1996, p. 17 – 28). No entanto, condição essencial para a superação dos obstáculos é a consciência por parte dos cientistas de que eles existem e que, se não neutralizados, podem comprometer o processo da pesquisa, desde seus fundamentos até os seus resultados. Parece-me que estas reflexões, ao lado daquelas feitas por Kuhn e Rubem Alvez quando tratam da questão do conhecimento científico e do ambiente onde ele é produzido, isto é, as universidades, pertinentes para refletir sobre nossa prática e, assim, evitar um processo dialético centrípeto que, por si só, pode sofrer de cegueira.

Estas noções e implicações estão presentes no horizonte das ações e têm pautado o desenvolvimento de todas as atividades do NUPEM. Longe de ser um entendimento isolado da coordenação, felizmente, é possível afirmar que esta cumplicidade e compreensão são comuns ao Comitê Assessor Local, constituído por professores eleitos por seus pares, ciosos pela consolidação dos Programas de Iniciação Científica, porque cientes da importância que tem a pesquisa para a formação acadêmica. Contudo, a prática requer de todos reflexão constante porque compreende, para utilizar a terminologia de Kuhn, a construção de um novo paradigma que não encontra legitimidade suficiente, pois não teve a conversão de parte da comunidade acadêmica/científica, sobretudo daqueles que construíram sua vida no paradigma antigo. Para Kuhn, afirmar que a resistência à mudança é inevitável e legítima e que a transferência de paradigma não pode ser justificada através de provas, não é afirmar que não existem argumentos relevantes ou que os cientistas não podem ser persuadidos a mudar de idéia. Contudo, algumas vezes seja necessária uma geração para que a mudança se realize, as comunidades científicas seguidamente têm sido convertidas a novos paradigmas embora alguns cientistas, especialmente os mais velhos e mais experientes, possam resistir indefinidamente (KUHN, 1978, p. 192). Estas reflexões são oportunas e podem lançar luzes sobre o cotidiano.

V

Para finalizar este escrito, descrevo algumas atividades que vem sendo desenvolvidas junto ao NUPEM desde que assumi a coordenação, em março de 2007. Importante frisar que os trabalhos realizados são resultados de ações coletivas realizadas tanto na esfera interna, vividas com o Comitê Assessor Local e com as estagiárias que dão suporte técnico nos serviços prestados, quanto com os setores em que este núcleo de pesquisa está subordinado, especificamente a Pró Diretoria de Ensino (Pró-Deppec) e a direção da Instituição.

Antes de avançar, importa mencionar que o NUPEM constitui um setor, entre outros tantos da FECILCAM, de modo que, seu desempenho está estritamente ligado à política adotada pela direção e pelas condições administrativas e funcionais presentes na mesma. Assim como ocorreu com a ciência e tecnologia no Brasil, a FECILCAM vive um processo intenso de transformação que, senão descolarmos nossa visão da horizontalidade para ver na dimensão vertical, tendemos à uma leitura estreita dos processos vividos. Essas mudanças também são resultados de políticas do Governo do Estado do Paraná que aporta recursos, como para os projetos da Universidade Sem Fronteiras e melhorias estruturais, assim como autorização para realização de concursos públicos. Em 2005, o quantitativo de professores efetivos era de aproximadamente setenta professores, dos quais, vinte e cinco estavam enquadrados no regime de Trabalho Institucional de Dedicção Exclusiva (TIDE). Com os concursos realizados a partir de 2006, o corpo docente em maio de 2009 atingiu um contingente de cento e oito professores, estando oitenta e cinco enquadrados no regime de TIDE. Não obstante, com ou sem apoio direto da Instituição, número significativo de professores estão na fase final de suas pesquisas desenvolvidas junto aos Programas de Pós-Graduação.

Outra mudança significativa é a formação de grupos de pesquisa. Até o ano de 2006, a FECILCAM contava com apenas dois grupos cadastrados e certificados pelo CNPq. Entre 2007 e 2009 aconteceu a inclusão de mais nove grupos de pesquisa, totalizando onze grupos, o que representa um crescimento de 450% em pouco mais de dois anos. Embora o

processo de consolidação seja gradual, inclusive para acomodar-se fisicamente, é possível perceber através da consulta na plataforma *lattes*, que os líderes dos grupos, aos poucos, estão adicionando novos membros, como alunos da graduação e do Ensino Médio, e, ainda que timidamente, estão organizando atividades acadêmicas como oficinas, cursos e incentivando publicações, entre outros. Dessa mudança de mentalidade é que se referia anteriormente.

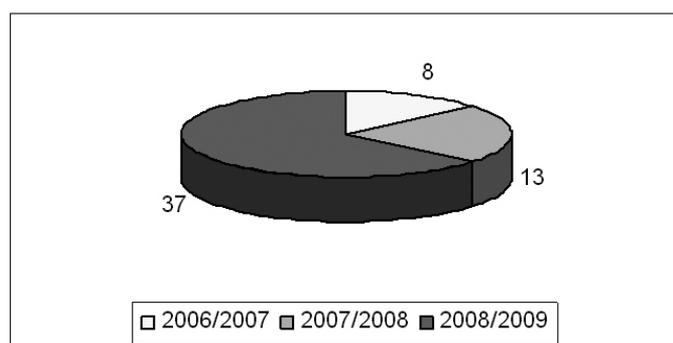
O NUPEM não é somente consequência como também organismo propositor dessas mudanças. Convivendo com estas transformações e voltado para as experiências de outras Instituições de Ensino Superior (IES) e agências de fomento à pesquisa, como a Fundação Araucária e o CNPq, o NUPEM tem passado por um processo intenso de reestruturação cuja implicação é um novo entendimento acerca da sua concepção, seu funcionamento e suas atribuições. Em dezembro de 2007 publicava-se o novo Regulamento (Resolução n. 26/2007, de 11/12/2007) elaborado a partir de estudos e visitas *in loco* a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Aspecto fundamental do Regulamento foi a dinâmica definida para composição do Comitê Assessor Local: representantes das cinco Áreas do Conhecimento, eleitos por seus pares, cujo mandato estende-se por dois anos com possibilidade de uma reeleição.⁵ É o Comitê que dá todo suporte funcional para o NUPEM no que se refere a definição de editais, estabelecimento de datas, de procedimentos para o ingresso e exigências de desempenho dos alunos vinculados a Iniciação Científica, contribui na organização dos Ciclos de Debates, dos Encontros de Produção Científica e Tecnológica (EPCT), entre outras atividades. Devo registrar o trabalho sério e esmerado que este grupo de professores e representante discente vem realizando.⁶

Contudo, o mais importante é o discernimento acerca da postura a ser adotada, isto é, mais no conteúdo do que na forma do funcionamento do NUPEM. Contando com apoio da direção da FECILCAM, coordenação e Comitê, o NUPEM tem imprimido, mesmo com relativo custo do prestígio profissional, um ritmo de observância de seu Regulamento, da atenção aos editais, do empenho nas avaliações dos projetos e relatórios parciais e finais, na organização dos eventos etc. Não deixa de ser curioso como no Brasil, e

aqui me aproprio das especulações do filósofo Roberto Gomes, o cumprimento da lei, e não o contrário, deve ser constantemente justificado e explicado e, por decorrência, a sua aplicação é, por vezes, mal compreendida. Ao analisar a cultura nacional, o referido filósofo descortina a postura brasileira de vangloriar-se por ser, talvez, o único povo do mundo a ser conciliador e 'jeitoso' com as coisas. Ter posição é quase uma heresia. O certo e adequado é a política do 'toma lá da cá', do 'você sabe com quem está falando?', 'tens conhecimento de minhas credenciais familiares e titulações acadêmicas?', dos ajeites para os amigos e o rigor da lei para os inimigos, do espírito conciliador sem qualquer observância do princípio legal e ético.⁷ Característica cultural historicamente construída, entenda-se, *construída*.

O certo é que passos largos têm sido dado e alguns números e resultados qualitativos permitem esta conclusão. Em 2008, por exemplo, houve a experiência do Programa de Iniciação Científica Júnior (ICJ) que contou com 8 bolsas de estudos concedidas pela Fundação Araucária. Embora esta iniciativa seja recente, os resultados podem ser promissores, pois permite, através de um vínculo entre Ensino Superior, Núcleo de Educação e Escola de Ensino Médio, organizar ações que despertem talentos jovens.

GRÁFICO 2: Projetos de Iniciação Científica vinculados ao NUPEM (2006/2009)



Fonte: Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar.

Embora várias atividades de pesquisa tenham sido realizadas, o foco do NUPEM tem sido o Programa de Iniciação Científica, sendo seu crescimento notório. Como pode ser conferido no gráfico acima, no ano de 2006/2007 havia 8 projetos sendo executados, aumentado para 13 em 2007/2008 e para 37 projetos em 2008/2009. Estima-se que este mesmo

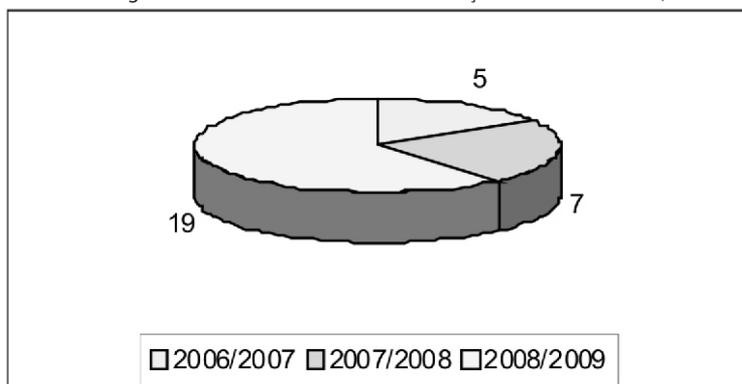
número se mantenha para o ano de 2009/2010. Considerando o número de professores efetivos com titulação mínima de mestre, requisito mínimo exigido para orientação, somando àqueles que ingressaram ou estão em fase de conclusão da Pós-Graduação, é possível afirmar que o número de alunos participantes no PIC, possa atingir o patamar de sessenta projetos a serem executados. Pode-se dizer que, proporcionalmente ao quantitativo de professores, o número é adequado. Por outro lado, constata-se que existe uma demanda reprimida de alunos interessados por ingressarem na Iniciação Científica sem, contudo, contarem com professores orientadores. Este gargalo existente no processo orientação/orientando deve ser avaliado pelo NUPEM.

Outro dado interessante é o crescimento de bolsas destinadas para os alunos de Iniciação Científica. O NUPEM passou a contar com bolsas de estudos somente a partir de 2006/2007 quando a Fundação Araucária concedeu 5 bolsas aumentando para 7 no ano seguinte, em 2007/2008. É curioso que neste ano houve mais oferta de bolsa que a quantidade de solicitações por parte dos alunos. Embora 13 alunos estivessem executando seus projetos, somente 9 se enquadraram nas exigências do Edital e do Regulamento que, como rege as normas das agências de fomento à pesquisa, requer dedicação exclusiva sem vínculo empregatício. Até este momento, as bolsas eram concedidas unicamente pela Fundação Araucária. Já para 2008/2009 houve um salto para 19 bolsas de estudos sendo 9 da Fundação, 7 da FECILCAM e 4 bolsas concedidas pelo Instituto Mourãoense de Ensino, Pesquisa e Extensão (IMEPE).

Além do crescimento de mais de 170% no número de bolsas de 2007/2008 para 2008/2009, a inovação consistiu na definição de uma política institucional em apoiar o NUPEM, comprometendo-se em conceder bolsas de estudos e o repasse pelo IMEPE, conforme Regulamento da Pós-Graduação da FECILCAM, do valor de uma mensalidade de cada curso *Lato Sensu* em funcionamento. Estes dois convênios, juntamente com o da Fundação Araucária garantem, em parte, o repasse de bolsas de Iniciação Científica, cuja finalidade é permitir que o aluno possa dedicar-se exclusivamente ao estudo e, com isso, construir uma carreira acadêmica promissora. Vive-se no momento a expectativa de firmar convênio com o

CNPq para que a cota de bolsas seja ampliada.⁸

GRÁFICO 3: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (2006/2009)



Fonte: Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar

Dois outros dados ilustram as atividades e a inserção do NUPEM na comunidade acadêmica. O primeiro é o impulso que o Ciclo de Debates, como última fase de avaliação para ingresso no PIC, provoca no imaginário, sobretudo dos alunos que vão apresentar seus projetos. É perceptível a preocupação no preparo de seus materiais, o envolvimento dos orientadores na condução dos trabalhos, a expectativa em tornar pública a proposta de pesquisa. Na estrutura do Ciclo, a cerimônia de abertura com palestra ministrada por convidados, a realização das bancas e o público que acompanha, alunos e comunidade externa, compõem um cenário propiciador do debate. Avalio como extremamente educativo esse processo. O segundo dado trata da realização do Encontro de Produção Científica e Tecnológica. O crescimento anual deste evento, os ajustes na sua formatação e sua repercussão são indícios que confirmam o espaço pretendido: promoção e divulgação do conhecimento.

Finalmente o novo desafio é abrir espaço para a consolidação da Revista NUPEM. O projeto foi pensado a fim de atingir dois objetivos. O primeiro, mais modesto, era para marcar os dez anos do NUPEM. Parecia-me importante, para além da perspectiva laudatória, criar um espaço que registrasse a trajetória da construção desse projeto, talvez nascido sem grandes pretensões, mas que, hoje desempenha um papel fundamental na formação acadêmica. Este objetivo, bem ou mal, com a publicação deste volume acaba por se concretizar. O segundo objetivo está condicionado

totalmente às contingências advindas da persistência dos sujeitos e das escolhas políticas da Instituição. Trata de dar continuidade na publicação dessa revista destinada a ser um veículo de divulgação, não necessariamente exclusivo, dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Programas de Iniciação Científica. Assim, além de recolher, como resultado final das pesquisas, relatórios destinados a prestar contas ao NUPEM e agências conveniadas, formata-se o material no gênero de artigo/resenha, veiculados por meio da revista, divulgando-se as pesquisas para a comunidade acadêmica.

Para finalizar ficam algumas perguntas: qual história será escrita nos anos vindouros do NUPEM? Qual ou quais serão dadas a ler? No ritmo da produção científica brasileira como o NUPEM/FECILCAM deve priorizar as suas ações? As perguntas não devem ser entendidas como simples efeito retórico senão como convite à reflexão.

Ennio Candotti reinterpreta a frase *Cum grano Salis* dizendo que não significa apenas com um grão de sal, mas também com um pouco de bom senso, de sabedoria (CANDOTTI, 1998, p. V). Eu complementaria dizendo: *Cum grano Salis* não significa apenas com um grão de sal, com um pouco de bom senso, de sabedoria, mas também um pouco de persistência e acuidade visionária.

Notas

* Expressão utilizada por Rubem Alves em ALVEZ, Rubem. **Filosofia da ciência**. São Paulo: Ars Poética, 1996, p. 177 – 178.

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais. Foi nomeado coordenador do Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar (NUPEM), em 27 de março de 2007.

² Analisando dados disponibilizados pela CAPES, Herton Escobar conclui que entre as 15 universidades com maior produção científica no momento, 11 cresceram mais de 200% em relação a dez anos atrás (1996-2006). As 6 primeiras colocadas – USP, UNICAMP, UFRJ, UNESP, UFRGS e UFMG – mantêm suas posições no ranking desde 1996, com aumento significativo no número de trabalhos publicados. A UFMG é a de maior destaque no grupo, com aumento de 258%. A USP também triplicou sua produção no período (aumento de 200%), sustentando posição isolada como maior instituição produtora de conhecimento do País. Contudo duas universidades menores deram saltos espantosos no período. A Universidade Federal de Viçosa (UFV) aumentou sua produção científica em 640% e a Universidade Federal do Ceará (UFC), em 410%. O pró-reitor de Pesquisa e Pós-

Graduação da UFV, Maurílio Alves Moreira, atribui a melhora a uma “mudança de mentalidade” da instituição, que, além de formar recursos humanos, passou a valorizar fortemente a produção de conhecimento. ESCOBAR, Herton. **Produção científica cresce mais de 200% nas grandes Universidades**. JORNAL DA CIÊNCIA, n. 3318, 1 de agosto 2007. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalle.jsp?id=49203>. Acesso em: 23 de maio 2009.

³ Em artigo publicado em janeiro de 2009, Herton Escobar aponta para a relevância, porém encolhimento da Universidade de São Paulo (USP) no cenário nacional de produção de ciência e tecnologia. No quesito cadastramento de grupos de pesquisa no CNPq, USP mais do que dobrou nos últimos 15 anos, passando de 902 grupos, em 1993, para 1.839 grupos, em 2008. A parcela que isso representa no total de grupos de pesquisa registrados no país, porém, encolheu de 20,5% para 8,1%, segundo os dados mais recentes repassados pelo CNPq. As estatísticas mostram que a supremacia ‘uspiana’ está diminuindo à medida que instituições mais jovens crescem em ritmo acelerado por todo o país, apesar de a USP ainda ser, a instituição de maior peso da ciência brasileira. Outras grandes universidades públicas – como UFRJ, UNESP e UNICAMP – registraram a mesma tendência, com aumento do número de grupos de pesquisa, mas diminuição da representatividade no bolo nacional. Já a participação das universidades menores aumentou de 46,4%, em 1993, para 67,2%, em 2008. Cf. ESCOBAR, Herton. **Desafios da USP são melhorar pesquisa e gerar tecnologia**. São Paulo, sexta-feira, 23 de janeiro 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,desafios-da-usp-sao-melhorar-pesquisa-e-gerar-tecnologia,311937,0.htm>. Acesso em: 22 de maio 2009.

⁴ No livro *“Filosofia da ciência”*, Rubem Alves disserta longamente sobre os fundamentos do fazer ciência. Nos fragmentos abaixo, o educador desmistifica a suposta objetividade e imparcialidade da ciência ao tempo que traça semelhanças entre o seu funcionamento ao de outras instituições sociais. Acompanhemos: (178) Preconceito e resistência parecem ser mais a regra do que a exceção no desenvolvimento científico avançado. Razões? Simples: as pessoas, quando juntas, fazem coisas que não teriam coragem de fazer se estivessem sozinhas. O grupo tem um poder imenso: ele pode rejeitar, estigmatizar, ridicularizar, isolar, e é em meio a grupos assim que cientistas e filósofos vivem. Quem não aprende a dançar conforme a música, a dizer as mesmas coisas, a ler os mesmos livros, a afirmar as mesmas teorias, cedo se descobrirá isolado. Se há preconceitos e resistência, isto não se deve a uma deformação individual, mas é uma expressão da vida social do grupo, característica da comunidade, profundamente enraizada, no processo mesmo pelo qual os cientistas são treinados para trabalhar em sua profissão. (189) Depois de citar Hume ao fragilizar as certezas dos cientistas por seus condicionantes psicológicos, Rubem Alves apresenta os fatores sociais e institucionais. Porque hábitos, costumes, expectativas, crenças, não existem no fundo do indivíduo, mas são sustentados pelo tênue fio da conversação que circula dentro de qualquer comunidade. Compreendemos mais, que a ciência, por

participar do destino de todas e quaisquer instituições sociais, sofre também das mesmas enfermidades, o que é muito mau, mas contém os mesmos impulsos vitais, o que é muito bom. Em nenhum lugar encontramos a inteligência pura, o que indica que ainda estamos vivos. Mas isto leva, ao final da investigação sobre a ciência, a um ponto de exclamação ético. Porque descobrimos uma ciência, em virtude do seu nascimento em pecado, viciada pelas mesmas obsessões inquisitoriais que ela denunciou nas organizações eclesiais. Cf. ALVEZ, Rubem. **Filosofia da ciência...**, op. cit., p. 178 e 189.

⁵ As cinco Áreas do Conhecimento e seus respectivos Departamentos são: 1) Área de Ciências Sociais Aplicadas (Departamentos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Jurídicas, Turismo e Meio Ambiente); 2) Área de Ciências Humanas (Departamentos de Ciências Sociais e de Pedagogia); 3) Área de Engenharias com o Departamento de Engenharia Agroindustrial; 4) Área de Linguística, Letras e Artes com o Departamento de Letras; 5) Área de Ciências Exatas e da Terra (Departamentos de Matemática e Geografia). Cf. Capítulo II, artigos 3 a 5. In. REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO NÚCLEO DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO (PIC/NUPEM-FECILCAM). Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/index.php?option=com_docman&Itemid=7. Acesso em: 24 de maio 2009.

⁶ Atualmente o Comitê Assessor Local está assim composto: Pró-Diretora da CEPPEC, professora Valeria Sanches Fonseca; Eu, Frank Antonio Mezzomo, ocupo a representação da chefia de Divisão de Pesquisa e Coordenação do NUPEM. Os professores representantes de Áreas do Conhecimento são: 1) Área de Ciências Sociais Aplicadas: professores Marcelo Marchine Ferreira e Tatiana Lourenzi Franco Rosa; 2) Área de Ciências Humanas com os professores Fábio Hahn e Simone Sandri; 3) Área de Engenharias com o professor Dieter Randolf Ludewig; 4) Área de Linguística, Letras e Artes as professoras Alessandra Augusta Pereira da Silva e Elizabeth Labes; 5) Área de Ciências Exatas e da Terra professores Fabio Rodrigues Costa e Valdir Alves; a acadêmica Juliana Pepinelli participa na condição de representante discente.

⁷ Vale a pena conferir o extraordinário ensaio do filósofo Roberto Gomes, sobretudo o capítulo VI, "*O Mito da concórdia: O jeito*", quando discute o ufanismo brasileiro que enaltece o jeito como habilidade de não ter posição, isto é, a posição consiste em tornar as relações cordiais e amistosas. Gomes problematiza as implicações do famoso 'jeitinho brasileiro', frequentemente alardeado como uma marca dinâmica e criativa do brasileiro burlar o sistema, descumprir datas e prazos, conciliar a oposição à revelia da ética e da lei. GOMES, Roberto. **Crítica da razão tupiniquim**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984, p. 39 – 44.

⁸ Quando realizava a leitura final deste texto veio a confirmação, dia 12 de junho, de que NUPEM foi cadastrado junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq e indicado para receber 8 bolsas de Iniciação Científica a ser implementada no segundo semestre de 2009. A conquista, que deve ser

partilhada com inúmeras pessoas e setores da FECILCAM, virá beneficiar diretamente a comunidade acadêmica. Os números (aumento de bolsas da Fundação Araucária e cadastramento junto ao CNPq, a criação das bolsas institucionais e o crescimento vertiginoso dos projetos desenvolvidos junto ao PIC), corroboram aquilo que vem sendo desenvolvido com muita responsabilidade. Pode-se, neste momento, poupar em palavras porque os números dão a entender o processo de crescimento do NUPEM.

Referências

ALVEZ, Rubem. **Filosofia da ciência**. São Paulo: Ars Poética, 1996.

Brasil sobe duas posições em ranking de produção científica e chega a 13º do mundo. JORNAL DA CIÊNCIA, n. 3755, 6 de maio 2009. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br>. Acesso em: 23 de maio 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre história**. São Paulo: Martins fontes, 1992.

CAMPOS, Marilene Oliveira. **Informações sobre bolsas PIBIC/CNPq**. Brasília, 24 de abril de 2009. (Correio eletrônico. A/A).

CANDOTTI, Ennio. Apresentação. In. **Cientistas do Brasil**. São Paulo: SBPC, 1998.

CAPES: Estatística da Pós-Graduação. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/sobre/tab4-alunos_titulados.pdf. Acesso em: 20 de maio 2009b.

CAPES: Mestrado/Doutorados Reconhecidos. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosSe rvlet?acao=pesquisarRegiaoles&codigoRegiao=4&descricaoRegiao=Su l>. Acesso em: 21 de maio 2009a.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In. AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ESCOBAR, Herton. **Produção científica cresce mais de 200% nas grandes Universidades**. JORNAL DA CIÊNCIA, n. 3318, 1 de agosto 2007. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=49203>. Acesso em: 23 de maio 2009.

FERREIRA, Sérgio Henrique. A SPBC e sua história. In. **Cientistas do Brasil**. São Paulo: SBPC, 1998.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. **REVISTA FÊNIX**, Minas Gerais, vol. 4, ano 4, n. 3, jul/set 2007.

GOMES, Roberto. **Crítica da razão tupiniquim**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice & Editora Revista dos Tribunais, 1990.

História do CNPq: A criação. Disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br/Missao.html>. Acesso em: 21 de maio 2009.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2 ed., São Paulo: Perspectiva, 1978.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MENEZHINI, Rogério. **Inusitado aumento da produção científica**. JORNAL DA CIÊNCIA, n. 3759, 12 de maio 2009. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br>. Acesso em: 21 de maio 2009.

Obama investe alto em pesquisa. JORNAL DA CIÊNCIA, n. 3750, 28 de abril 2009. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=63097>. Acesso em: 21 de maio 2009.

Produção científica brasileira é a 15ª em todo o mundo. JORNAL DA CIÊNCIA, n. 3550, 9 de julho 2008.

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO NÚCLEO DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO (PIC/NUPEM-FECILCAM). Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/index.php?option=com_docman&Itemid=7. Acesso em: 24 de maio 2009.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SBPC crítica corte no orçamento do MCT. JORNAL DA CIÊNCIA, n. 3686, de 22 de janeiro 2009. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br>. Acesso em: 21 de maio 2009.

Séries históricas: Diretório dos Grupos de Pesquisa. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/censos/series_historicas/index_grupos.htm. Acesso em: 23 de maio 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS**, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

Verba para ciência sofre redução de 18% em 2009. JORNAL DA CIÊNCIA, n. 3686, de 22 de janeiro 2009. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br>. Acesso em: 21 de maio 2009.